

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.907 RIO
GRANDE DO SUL**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S)	: MARCOS ROGÉRIO RIBEIRO
ADV.(A/S)	: GETÚLIO JOSÉ MOREIRA DA COSTA E OUTRO(A/S)

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Abono de permanência. Servidores públicos beneficiados por aposentadoria especial. Possibilidade. 3. Ausência de argumentos suficientes a infirmar a decisão recorrida. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro GILMAR MENDES

Relator

Documento assinado digitalmente

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.907 RIO
GRANDE DO SUL**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
AGTE.(S)	: ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGDO.(A/S)	: MARCOS ROGÉRIO RIBEIRO
ADV.(A/S)	: GETÚLIO JOSÉ MOREIRA DA COSTA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): Trata-se de agravo regimental em recurso extraordinário com agravo contra decisão que negou provimento a recurso, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Eis um excerto dessa decisão:

“A irresignação não merece prosperar.

Isso porque o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte que se firmou no sentido de que não existe qualquer óbice à extensão do direito ao abono de permanência aos servidores públicos beneficiados por aposentadoria especial. A propósito, destaca-se o seguinte precedente:

"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. POLICIAL CIVIL. ABONO DE PERMANÊNCIA AOS ABRANGIDOS PELA APOSENTADORIA ESPECIAL. POSSIBILIDADE. LEI COMPLEMENTAR Nº 51/1985. RECEPÇÃO PELA CONSTITUIÇÃO. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 51/1985 foi recepcionado pela

ARE 905907 AGR / RS

Constituição, especialmente em face do disposto no art. 40, § 4º, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/1998 (RE 567.110-RG, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia). A Constituição Federal não restringe a concessão da vantagem apenas aos servidores que cumprirem os requisitos necessários para a aposentadoria voluntária comum, tampouco veda tal benefício aos que se aposentam com fundamento no art. 40, § 4º, da CF. Agravo regimental a que se nega provimento" (ARE 782.834-AgR, Rel. Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe de 26/5/2014). Ainda nesse sentido, o ARE 905.116, de minha relatoria, DJe 24.8.2015". (Fls. 212-213).

No agravo regimental, sustenta-se, em síntese, que o precedente citado na decisão agravada não se aplica ao caso. Ademais, defende-se que no Estado do Rio Grande do Sul não existe lei que autorize a concessão do abono de permanência. Além disso, aduz-se que o abono de permanência somente se aplica à aposentadoria voluntária comum.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.907 RIO
GRANDE DO SUL

VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR): No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Verifico que as alegações do agravante são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal, uma vez que não trouxe argumentos suficientes a confrontá-la, visando apenas à rediscussão da matéria já decidida de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte.

Observo que o precedente citado em decisão monocrática (ARE 782.834-AgR, rel. min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe 26/5/2014) coaduna plenamente com o caso em discussão, como se extrai do seguinte excerto do julgamento do referido agravo regimental:

“De início, nota-se que o acórdão recorrido se alinha à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que o art. 1º, I, da Lei Complementar nº 51/1985 foi recepcionado pela Constituição, especialmente em face do disposto no art. 40, § 4º, da CF, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/1998 (RE 567.110-RG, Rel.^a Min.^a Cármen Lúcia).

3. Ademais, tal como assentou a decisão agravada, cumpre destacar que **não há qualquer óbice à extensão do direito ao abono de permanência aos servidores públicos beneficiados por aposentadoria especial. Isso porque a Constituição Federal não restringe a concessão da vantagem apenas aos servidores que cumprirem os requisitos necessários para a aposentadoria voluntária comum, tampouco veda o benefício aos que se aposentam com fundamento no art. 40, § 4º, da CF.**

4. Tanto é assim, que esta Corte tem admitido que

ARE 905907 AGR / RS

legislação estadual regulamente a concessão de abono de permanência a policial aposentado com fundamento na LC nº 51/1985 .” (Grifos nossos).

Assim, consoante já afirmado na decisão monocrática e conforme se extrai do precedente acima, a jurisprudência desta Corte se firmou em que não existe qualquer óbice à extensão do abono de permanência a servidores públicos beneficiados por aposentadoria especial.

Nesse sentido, confirmam-se, ainda, as seguintes monocráticas: RE 783.715, rel. min. Luiz Fux, DJe 4.5.2015; ARE 710.398, de minha relatoria, DJe 21.9.2015; ARE 765.917, rel. min. Ricardo Lewandowski, DJe 10.9.2013 e ARE 904.530, rel. min. Luiz Fux, DJe 4.9.2015.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 905.907

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES

AGTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AGDO.(A/S) : MARCOS ROGÉRIO RIBEIRO

ADV.(A/S) : GETÚLIO JOSÉ MOREIRA DA COSTA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira
Secretária